

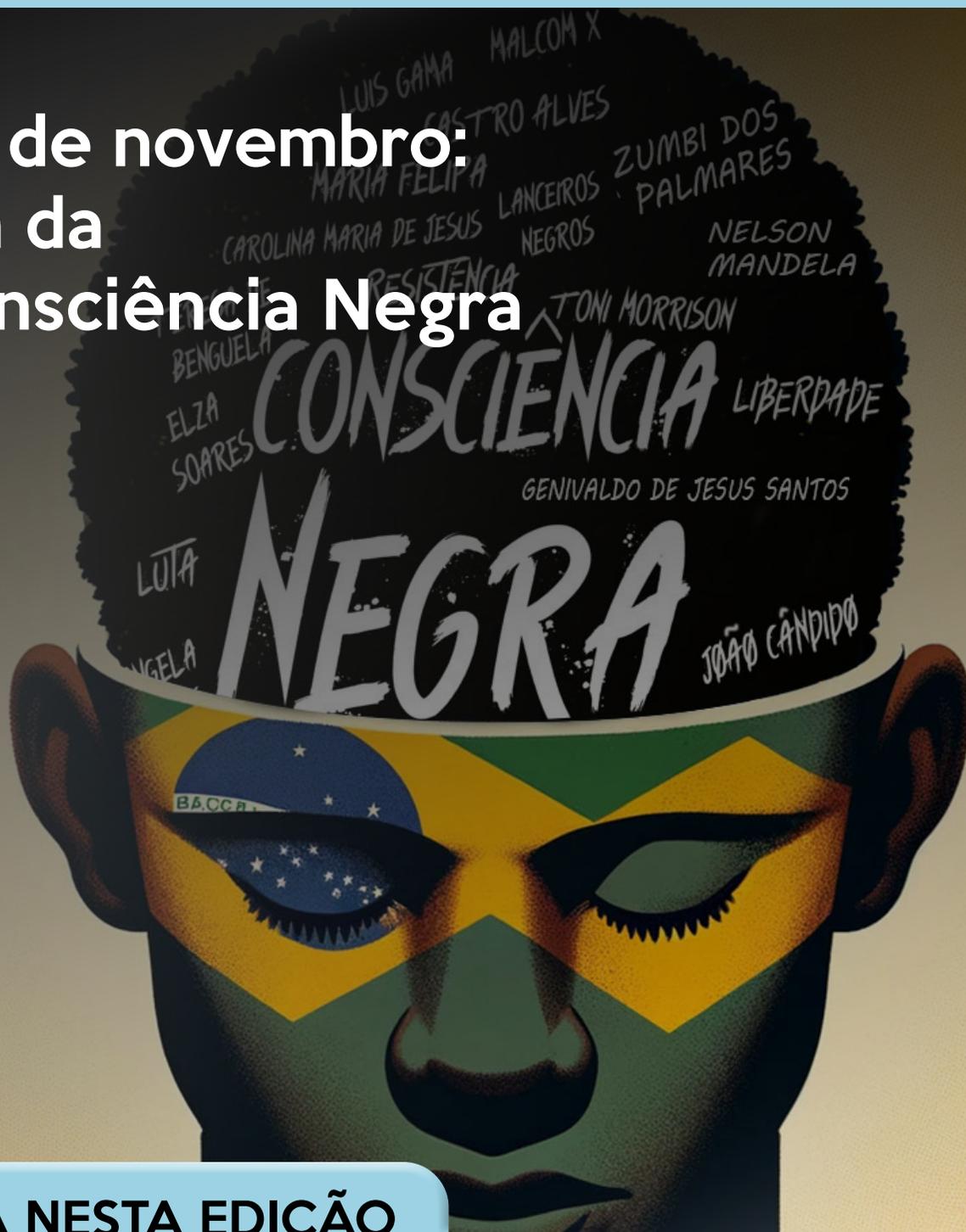
SINDILEX



Fique por
entro

16 de novembro de 2023 | nº 67

20 de novembro: Dia da Consciência Negra



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Andamento da Pauta de Reivindicações 2023 da CMSP e TCMSP
- 20 de novembro: três motivos para o Dia da Consciência Negra
- Artigo Crítico: E se uma empresa pública de energia deixasse SP 4 dias às escuras?

NOTÍCIAS DO SINDILEX



Sindilex conquista quase todos os itens da pauta da Data Base 2023



VEJA OS ITENS AINDA EM ANDAMENTO E/OU EM NEGOCIAÇÃO

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADOS



Câmara Municipal e TCM: Revogar o artigo da Emenda nº. 41 que alterou a base de cálculo do desconto previdenciário dos 14% sobre os proventos dos aposentados e pensionistas, conforme o aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei Complementar nº. 1380, de 04 de novembro de 2022, em que o desconto do servidor aposentado e pensionista no Estado de São Paulo voltou a incidir sobre o que ultrapasse o teto do INSS.

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL



TCM: Criar benefício complementar nutricional através da lei específica para os servidores aposentados e pensionistas.



Câmara Municipal

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;
2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT;
3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;
4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;
5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;

TCM

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;
2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT e Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA;
3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;
4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;
5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;
6. Criar fluxo para tratamento dos casos de assédio moral e sexual.

NOTA SOBRE O BENEFÍCIO NUTRICIONAL COMPLEMENTAR

CMSP: a administração da Câmara entende que, conforme conta na Lei 17.970/2023 já aprovada, o benefício deve ser concedido via cartão magnético. Isso implicou na necessidade de se realizar um processo de licitação, **que se encontra em andamento.**

TCMSP: quanto ao benefício nutricional aos servidores aposentados do TCM, já enviamos pedido para o presidente e estamos dialogando para que seja enviada minuta de projeto de lei à Câmara o quanto antes.

Acesse abaixo as Pautas do Data Base 2023:

[Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - CMSP](#)

[Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - TCMSP](#)

AGENDAS E EVENTOS IMPORTANTES

07 de novembro

O presidente, Daniel Santos, esteve presente na Câmara Municipal e acompanhou a reunião do Colégio de Líderes.

08 de novembro

O presidente, Daniel Santos e o vice-presidente, Marcos Alcyr, estiveram presentes no Tribunal de Contas conversando com autoridades e dialogando com servidores em diversos setores sobre os pontos pendentes da pauta de reivindicações, em especial do Benefício Complementar Nutricional.



SINDICALISMO PELO BRASIL

PÚBLICA e SINDILEX participam da audiência pública sobre projeto que descongela quinquênio, sexta-parte e licença prêmio



Imagem: reprodução

A Pública Central do Servidor e o Sindilex participaram da Audiência Pública que debateu o PLP 21/2023, que institui o descongelamento dos quinquênios, das sextas-partes e das licenças prêmios imposto pela Lei Complementar 173/2020.

Realizado no dia 06 /11, às 19 horas, no Auditório Prestes Maia da Câmara Municipal de São Paulo, a Audiência Pública foi promovida pelo Vereador Celso Giannazi (PSOL) em parceria com a Câmara Federal e contou com as participações da deputada Luciene Cavalcante (PSOL), autora do projeto, do deputado Carlos Giannazi e do Presidente da Pública, José Gozze.

O presidente do Sindilex, Daniel Santos e o vice-presidente, Marcos Alcyr estiveram presentes na Audiência dando apoio a esse importante projeto que permite a contagem do tempo entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 e autoriza que todos os entes federados possam realizar seus pagamentos retroativos caso seus períodos aquisitivos tenham sido completados durante esse tempo.



Daniel Santos e Marcos Alcyr na Audiência Pública Descongela Já!

[Saiba mais clicando aqui](#)



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

TCMSP apura responsabilidades e exige balanço dos prejuízos das chuvas em São Paulo

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo decidiu apurar as responsabilidades e os apontamentos dos prejuízos causados pelas chuvas, em particular o caos vivido pela cidade após o temporal de sexta-feira 03/11.

A tempestade com ventos de mais de 100 km por hora derrubou árvores, destelhou casas, provocou desabamentos e apagões em diversos bairros e causou a morte de três pessoas. Foi registrada a queda de mais de 340 árvores, incluindo parques e ruas da cidade.

A tempestade foi responsável pela falta de energia em mais de 2,1 milhões de domicílios, sendo que mais de 1 milhão continuaram sem energia após três dias do apagão.

Este saldo fez com que o Tribunal de Contas da cidade abra processo administrativo para apurar as responsabilidades, cumprindo seu papel de fiscal do município e representante do cidadão.

[Saiba mais clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Comissão da Câmara Federal aprova projeto Descongela Já

A Comissão de Tributação e Finanças aprovou, na quarta-feira (8/11), projeto PLP 21/2023, que insistiu o descongelamento dos quinquênios, das sextas-partes e das licenças prêmios dos servidores.

Imposto pela Lei Complementar 173/2020, o congelamento afetou milhares de servidores que viram seus direitos retirados com o congelamento dos prazos do cômputo do tempo de serviço público para todos os fins, inclusive para obtenção de valorização por tempo de serviço, como evoluções funcionais, quinquênios e sexta-parte.

De autoria da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL) o projeto visa restabelecer o direito dos servidores que continuaram exercendo suas funções durante a pandemia, garantindo a prestação dos serviços públicos à população.

Agora o projeto segue para a CCJ, última Comissão antes de seguir para votação em plenário.



Imagem: reprodução

Descongela Já foi aprovado na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara Federal



INFORMES IMPORTANTES



COMUNICADO
SOBRE O

Jantar DANÇANTE

O Jantar Dançante 2023 previsto para o dia 1 de dezembro, produzido pelas 3 instituições citadas, foi adiado. A decisão foi tomada após consideração das diretorias sobre a triste notícia do abrupto falecimento do diretor de Patrimônio da ASCAM-SP, José Luiz dos Santos.

Não há condições de confraternização nesse momento difícil para todos. Zé Careca, como era carinhosamente chamado, deixa um legado importante para o serviço público e em especial para a ASCAM-SP. Ele também teve atuação marcante e deixará saudades para os funcionários e associados da ASTCOM-SP e Sindilex.

Era uma pessoa extremamente carismática e não media esforços para ajudar a quem quer que seja. Como uma singela homenagem, deixaremos nosso evento tão esperado para o dia 08 de março de 2024.

Agradecemos pelo apoio e compreensão.



20 de novembro: três motivos para o dia da consciência negra

De FELIPE SILVA ALVES para o Portal Geledés



Imagem meramente ilustrativa

Vinte de novembro é o dia da consciência negra no Brasil, instituída pela lei nº. 12.519 de 10 de novembro de 2011, mas a pergunta que fica é: como e por que surgiu o dia da consciência negra? É realmente necessário um dia como esse?

Outras indagações e polêmicas que surgem é: “se existe o dia da consciência negra, então por que não existe o dia da consciência branca?” Ou, outros argumentos como, “isso é racismo dos próprios negros!”

A fim de responder todas essas indagações, este artigo se propõe a demonstrar três razões suficientes quanto à necessidade de ter um dia específico para a consciência negra no Brasil.

A primeira razão será o argumento filosófico e conceitual, o segundo, o argumento histórico e o terceiro, o argumento contemporâneo.

A primeira palavra que chama a atenção é o termo CONSCIÊNCIA, pois, para o dicionário de filosofia Nicola Abbagnano, em resumo, consciência é a percepção e o conhecimento da realidade histórica e contemporânea ao qual o indivíduo está inserido.

Portanto, em sentido comum consciência é a evocação e o chamamento para não ser e não estar indiferente com o que acontece ao entorno da sua própria realidade.

Do mesmo modo, a consciência negra não é a pregação da supremacia negra em detrimento aos brancos e vice e versa, mas um convite extremamente necessário para o entendimento e compreensão dos problemas e complexidades que a escravidão trouxe ao Brasil. Problemas estes que atingem a economia, o modo de produção, a mão de obra, a desigualdade e a formação de um povo como civilização e cultura.

Portanto, o dia da consciência negra é um convite e um chamamento para a reflexão do passado, do presente e a construção de ações afirmativas para o futuro como prospecção e construção de um povo civilizado.

O segundo fundamento da necessidade da consciência negra é o argumento histórico.

Os gaúchos estiveram na vanguarda pela criação do dia 20 de novembro, mais precisamente no ano de 1971 em Porto Alegre quando um grupo de universitários negros criou o coletivo Palmares, estando entre os seus fundadores, o poeta gaúcho Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes, dentre outros.

Um dos objetivos iniciais era discutir a proibição de entrada de negros em clubes da capital, além de debater o racismo e a inserção de negros nos espaços de poder da sociedade.

Ao longo do tempo, diversos coletivos e movimentos sociais foram se articulando e a ideia de criar um dia para a consciência negra foi tomando força nacional, de modo a estabelecer o dia em que Zumbi dos palmares foi capturado e morto por ordem estatal da época no dia 20 de novembro de 1695. Após a sua morte, Zumbi foi decapitado e a sua cabeça foi exposta em praça pública em Recife.

Desse modo, o dia 20 de novembro, como data nacional, é fundamental para revelar as desigualdades e a violência contra a população negra ainda presente na atualidade, mesmo passando 131 anos após a abolição da escravatura no Brasil, que por sinal, ainda causam sérias implicações nos dias de hoje.

Por conseguinte, a terceira razão para a importância da consciência negra é o argumento contemporâneo. E infelizmente os exemplos são inúmeros de violência, discriminação, prejuízos no emprego e na renda, evasão escolar e desigualdade social.

Nos Estados Unidos, houve grandes mobilizações populares contra a violência contra um homem negro, chamado George Floyd ao qual foi pisoteado e esganado por um policial branco até a morte.

A sua frase que se tornou popular antes de morrer, foi “EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”. Após isso, pessoas do mundo inteiro começaram a protestar com o lema: “VIDAS NEGRAS IMPORTAM”.

No Brasil, de acordo com o Atlas da Violência, os negros representam 75,7% das vítimas de homicídio, também são os maiores alvos da violência policial, de acordo com o PNUD.

Assim, percebe-se que do mesmo modo em que no período da Monarquia o estado brasileiro institucionalizou o racismo escravizando, perseguindo, matando e expondo ao vexame em praças públicas os negros, nos dias atuais não é diferente, quando os poderes do estado, como o judiciário, legislativo e executivo, fecham os olhos para o racismo ou pouco fazem para combatê-lo.

Muito embora o caso de George Floyd tenha ocorrido nos Estados Unidos, lamentavelmente o mesmo acontece todos os dias no Brasil.

A Fundação Getulio Vargas – FGV divulgou estudo que prevê o aumento do desemprego para os negros no ano de 2021, como também o IBGE divulgou dados onde os maiores afetados pela crise gerada pela pandemia foram os negros.

[Leia o artigo completo clicando](#)



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



É HORA
DE VIRAR
O JOGO



Maria Lucia Fattorelli



Carlos Alberto - Sinergia



A Auditoria Cidadã da Dívida organiza evento online sobre o quê a situação pós temporal vivida por São Paulo demonstra ao Brasil.

A live marcada para 13/11, mas que pode ser acessada pelas redes sociais indicadas no post abaixo, aborda a realidade amarga das privatizações que assolam o setor elétrico brasileiro.

O recente apagão em São Paulo, desencadeado pelo ciclone extra-tropical, expôs as consequências diretas da privatização da energia elétrica: deterioração na qualidade do serviço e aumentos exorbitantes nos preços.

A Enel, assumindo as operações em 2018, dobrou os lucros enquanto cortava 34% dos funcionários. Um retrato claro da política privatista neoliberal. Milhões de paulistanos enfrentam cortes de energia, alimentos estragando, prejuízos milionários.

O mesmo drama paira sobre Minas Gerais, onde o Governador Zema busca “enxugar o estado”, ameaçando privatizar a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

[Acesse o vídeo da Live clicando aqui](#)

E se uma empresa pública de energia deixasse SP quatro dias às escuras?



Imagem: reprodução

A frase do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), saiu naturalmente, como se ele estivesse fazendo uma afirmação banal. “A Enel nos deu um prazo de que, até terça-feira, consegue reestabelecer a energia da cidade”, disse, em entrevista à CNN Brasil, no sábado (4).

Desde o dia anterior, os paulistanos estavam sem energia, em consequência do temporal que se abateu sobre a cidade. Apesar disso, como se ignorasse a proporção gigantesca dos transtornos, prejuízos e dramas que a falta de luz pode causar, Nunes oficializou em sua entrevista o inacreditável prazo que a concessionária estabeleceu para que São Paulo volte à normalidade: quatro dias.

Imagine, leitor, se o apagão tivesse ocorrido nos tempos em que a distribuição de energia era feita por uma empresa pública e o prefeito fizesse afirmação semelhante. Alguma dúvida de que uma enorme gritaria já teria tomado conta dos noticiários e colunas de economia para baixar o

sarrafo nos serviços prestados pelo estado e louvar as pretensas maravilhas da privatização?

Usar de forma oportunista ocorrências desse tipo sempre foi uma das estratégias mais recorrentes dos privatistas. As falhas das empresas privadas, ao contrário, sempre são minimizadas ou ignoradas.

Não se trata de desconhecer que as mudanças climáticas produzem efeitos cada vez mais pesados para a vida cotidiana — o temporal de sexta-feira realmente teve intensidade inusitada. Mas a empresa de energia, seja ela pública ou privada, tem que se preparar para essa situação, já que o problema vai se agravar ainda mais.

Trata-se, isso sim, de reconhecer que há setores estratégicos para uma cidade, um estado, um país, que devem continuar sob o controle do governo, por conta da importância que têm para a vida da população.

Um passeio pelas redes sociais pode dar a extensão dos danos causados pela falta de luz. Os prejuízos vão do desligamento de aparelhos médicos a perda de alimentos, passando pela falta de fontes para recarregar o celular, esse aparelhinho imprescindível ao cotidiano, seja para se comunicar com familiares e amigos, seja para trabalhar.

Não é possível que o prefeito e o governador — este tão empenhado em privatizar empresas públicas — encarem esse recorde de escuridão com tamanha passividade. A imprensa, tão crítica do serviço público, também deveria ser mais atuante no caso.

Que haja cobrança de responsabilidades e, se for o caso, punição à concessionária.

Esse episódio deve ficar marcado na memória para ser citado ao próximo tecnocrata que levantar a voz para dizer que a privatização torna as empresas infalíveis.

Como se vê, na distribuição de energia, assim como na distribuição de água e na operação de trens e metrô, a privatização pode até agravar os problemas, com custo muitas vezes maiores para o contribuinte.

Paradoxalmente, o apagão de São Paulo pode levar alguma luz a esse debate.

(*) ICL – Instituto Conhecimento Liberta – www.icl.com.br

AGENDA

**CURSO PARA A
CÂMARA
MUNICIPAL
DE SÃO PAULO**

NÍVEL MÉDIO

**100%
PRESENCIAL**

8 VAGAS **TÉCNICO LEGISLATIVO - SEM ESPECIALIDADE**

INÍCIO DO CURSO
27/11 à 22/12/23
de segunda a sexta, das 19h00 às 22h00
Local: Sede do Sindilex
Rua Japurá, 43 - Sobreloja - Bela Vista
São Paulo/SP

de ~~R\$ 890,00~~
por **R\$ 600,00**
em até 2X

5% de desconto no pix
R\$ 50,00 de desconto
para sindicalizados Sindilex

Informações, matrícula e pagamento:
(11) 3104.1023 ou (11) 96607.9578
e-mail: sindilex@sindilex.org.br

Conteúdo programático: português, raciocínio lógico e matemática, informática e Lei Orgânica do Município (incluindo o regimento interno da Câmara Municipal).

REALIZAÇÃO:



ANDAMENTOS DE AÇÕES JUDICIAIS

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em:

<https://www.sindilex.org.br/juridico/>

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais